

**UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES/INSTITUTO PROMINAS  
MARCELO DE SOUSA DA SILVEIRA**

**A REPERCUSSÃO GERAL E A CELERIDADE DA JUSTIÇA BRASILEIRA**

---

**BRASÍLIA 2015**

**UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES/INSTITUTO PROMINAS**  
**MARCELO DE SOUSA DA SILVEIRA<sup>1</sup>**

**A REPERCUSSÃO GERAL E A CELERIDADE DA JUSTIÇA BRASILEIRA**

**NOTA**

**Brasília 2015**

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciência Política pela Universidade de Brasília e em Direito pela Universidade Católica de Brasília, atua na área jurídica como servidor do Superior Tribunal de Justiça.

## RESUMO

O presente artigo analisa, com abordagem histórica e quantitativa, utilizando-se de revisão bibliográfica, o impacto da adoção do requisito de Repercussão Geral para a admissibilidade do Recurso Extraordinário. Trazido ao nosso ordenamento pela Lei n. 11.418/2006, esse novo mecanismo, busca reduzir o número de feitos enviados ao Supremo Tribunal Federal. A Repercussão Geral funciona como filtro, onde apenas teses jurídicas que demonstrem relevância econômica, política, social ou jurídica devem ser analisadas pela Suprema Corte. O novo requisito de admissibilidade do Recurso Extraordinário busca dar fim a conhecida “Crise do Supremo”, permitindo ao STF atuar como Corte Constitucional e não simplesmente com última instância do sistema jurisdicional brasileiro. Para melhor entender o tema da Repercussão Geral, apresentamos sucinto histórico do Recurso Extraordinário; a inovação legislativa e, por fim o efeito da aplicação do novo requisito. Tendo como problema o complexo sistema recursal, o presente artigo trata da Repercussão Geral como caminho para maior efetividade da justiça brasileira.

**Palavras-chave: Repercussão Geral. Admissibilidade. Recurso Extraordinário.**

### Introdução

Inicialmente, convém um breve histórico do Recurso Extraordinário para demonstrar sua finalidade. Contextualizado o tema, abordaremos o instituto da repercussão geral: aplicação e relevância em nosso ordenamento jurídico.

O mecanismo da Repercussão Geral foi introduzido em nosso ordenamento jurídico pela Lei 11.418/2006, que regulamentou o disposto no artigo 102, III, § 3º da Constituição Federal, inserindo os artigos 543-A e 543-B do Código de Processo Civil Brasileiro.

O objetivo dessa inovação legislativa consiste em enfrentar a conhecida “Crise do Supremo”, ou seja, o entrave em seus julgamentos ocasionado pelo excessivo número de processos, em outras palavras, o problema da morosidade da justiça relacionada ao aspecto recursal, que gera prejuízo às partes e ao próprio sistema jurisdicional. A repercussão geral pretende impor ao nosso sistema recursal uma maior racionalidade e, com efeito, garantir maior celeridade na resolução de demandas apresentadas ao sistema judiciário.

### Desenvolvimento

O estudo que aqui se apresenta busca, no Ordenamento Jurídico Brasileiro, identificar mecanismos que ajudem a dirimir litígios. Para tanto, ciente do emaranhado de teorias e das controvérsias doutrinárias que a temática envolve, buscamos na Constituição Federal e no Processo Civil brasileiro um norte para essa pretensão.

Afirmar que a justiça brasileira é morosa, que nossas leis são brandas e que os recursos permitidos em nosso Processo Civil perpetuam o ciclo de inoperância de nosso Poder

Judiciário, são temas que dizem respeito a todos os cidadãos. Antes, porém, de uma crítica cega aos mecanismos que efetivam a prestação jurisdicional, convém afirmar que os recursos no nosso processo existem para preservar garantias fundamentais. Equivale a dizer que uma justiça rápida à custa de muitos erros deixa de ser justiça, e que também, a demora do Estado em resolver as demandas dos que clamam respostas significa igual degeneração.

Eis o dilema posto, o Estado deve pronunciar-se, a justiça deve ser célere e ao mesmo tempo permitir a paridade de armas entre os contendores, a alegoria da balança da justiça se impõe.

Uma pessoa leiga em matéria de direito diria que o pronunciamento final é dado pelo Supremo Tribunal Federal. Em questões nas quais isso é verdade, o caminho para tanto é o excepcional apelo por meio do Recurso Extraordinário – ressalvados os feitos de competência originária. É a esse mecanismo disponibilizado pelo Estado para provocar a manifestação de nossa Corte Constitucional e, em especial, ao requisito que a ele se incorpora, qual seja: a Repercussão Geral, que é dedicado esse estudo.

*“(...) no contraste entre os valores duração do processo e justiça da decisão, aduzindo Gleyson Kleber Lopes de Oliveira: ‘Tornar irrecorríveis todas as decisões judiciais contribuiria, em tese, para a celeridade do feito, contudo aniquilaria a possibilidade de revisão de erros porventura cometidos pelo juiz. Por outro lado, prever uma quantidade enorme de meios de impugnação às decisões judiciais acarretaria, igualmente em tese, a morosidade do processo e, por conseguinte, a sua inefetividade’”. (MANCUSO, 2010, pg 29).<sup>2</sup>*

O princípio do duplo grau de jurisdição não é preceito constitucional expresso. Citando o eminente jurista Barbosa Moreira, o professor Fredie Didier Jr. afirma tratar-se de princípio constitucional, instrumento próprio do direito de ampla defesa.<sup>3</sup> A denominação dada por Mancuso é de *“princípio implícito”*<sup>4</sup>. O recurso no processo civil brasileiro, bem

---

<sup>2</sup> MANCUSO. Rodolfo de Camargo. Recurso extraordinário e recurso especial, 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

<sup>3</sup> FREDIE DIDIER JR, curso de direito processual civil, meios de impugnação às decisões judiciais e processos nos tribunais. Vol. 3 7ª Ed, editora jus podivm, 2009. Pg.20.

<sup>4</sup> MANCUSO. Rodolfo de Camargo. Recurso extraordinário e recurso especial, 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

como em qualquer ordenamento jurídico minimamente estruturado, é meio hábil para assegurar a segurança jurídica.

Citando Ives Gandra Martins, a professora Ozana Baptista Gusmão leciona:

*“O sistema judiciário brasileiro contempla quatro instâncias decisórias, duas de caráter ordinário (primeiro e segundo graus de jurisdição) e duas de caráter extraordinário (uniformização da interpretação das leis e da Constituição, garantia de respeito à Constituição e do direito federal em todo o território nacional)”<sup>5</sup>.*

A sistemática de nosso processo civil estriba-se em três institutos, quais sejam: ação, processo e jurisdição.

É dever estatal dizer o direito. O recurso extraordinário diz respeito ao ato de levar ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal a pretensão de rever uma decisão colegiada já proferida, daí o caráter de impugnação do que já foi julgado, convém à sistemática lição do Desembargador Elpídio Donizetti, que bem relaciona ação e recurso:

*“Recurso, numa acepção técnica e restrita, é o meio idôneo para provocar a impugnação e, conseqüentemente, o reexame de uma decisão judicial, com vistas a obter, na mesma relação processual, a reforma, a invalidação, o esclarecimento ou a interação do julgado.*

*O recurso não se confunde com ação, uma vez que, por meio dele, não se forma novo processo, há apenas um prolongamento da relação processual. Constitui o recurso apenas uma etapa do procedimento, seja no processo de conhecimento, de execução ou cautelar (...) O que dá ensejo ao pedido de reforma do julgamento é a injustiça da decisão recorrida, a má apreciação da prova e do direito aplicado, em última análise, o erro ao julgar (error in judicando). A anulação pode ser pleiteada quando há vício formal na própria decisão, erro de procedimento (erro in procedendo) e quando, por exemplo, a decisão não foi motivada (CR, art. 93, IX). Nesse caso, não se pede a reforma, mas sim a anulação, para que o ato recorrido seja cassado e outro seja proferido em seu lugar pelo mesmo órgão do qual*

---

<sup>5</sup> Site [dominiopublico.com.br](http://dominiopublico.com.br)

*emanou ou, na hipótese do art. 515, § 3º, pelo próprio tribunal. ”*<sup>6</sup>  
(DONIZETTI, 2007).

De maneira didática, podemos entender a repercussão geral como mais um requisito de admissibilidade do já tratado recurso extraordinário – tendo em mente a existência de outros requisitos que não abordaremos aqui, como: tempestividade, preparo, regularidade formal, inexistência de fato extintivo ou impeditivo do direito de recorrer, legitimidade, cabimento e prequestionamento.

A expressão “extraordinário” constava do Regimento do STF de 1891. A adoção do termo foi estabelecida na Constituição de 1934, permanecendo ainda nos dias de hoje.

Citando Pontes de Miranda, extraímos de Osmar Mendes:

*“O texto de 1934 empregou a expressão recurso extraordinário, que se discutirá nos primeiros tempos da República, e que a Lei nº 221, de 1894, art. 24, acolhera. Na doutrina e na prática, não se lhe podia, por certo, negar o uso pacífico, para substituir a expressão inglesa writ of error. Posto que se lhe pudesse arguir ser mais nome de classe de recurso que de determinado recurso. Temos, assim, que foi firmado chamar ‘recurso extraordinário’ ”*<sup>7</sup> (CÔRTEZ, 2006).

A Constituição de 1988, não recepcionou o expediente da relevância da questão federal.<sup>8</sup> Tendo por ponto de partida o breve histórico da aplicação do Recurso Extraordinário no direito brasileiro, analisaremos a sua atual aplicabilidade nos termos da Constituição vigente, e de modo particular após a promulgação da Emenda Constitucional nº 45 de 2004, quando foi introduzido o novo requisito de admissibilidade, sendo posteriormente incorporado ao Código de Processo Civil.

A sistemática do recurso extraordinário está vinculada ao “esgotamento das possibilidades de impugnação nas instâncias inferiores, não servindo tão só à revisão das

---

<sup>6</sup> DONIZETTI, Elpídio. Curso didático de Direito Processual Civil, 7ª Ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro. 2007

<sup>7</sup> CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão, Recurso Extraordinário. Origem e Desenvolvimento no Direito Brasileiro, 2ª Ed., Forense. Rio de Janeiro, 2006. Pg 210

<sup>8</sup> MANCUSO, Rodolfo de Camargo, Ob. Cit. P 64

decisões com o intuito de satisfazer o interesse das partes envolvidas ou para corrigir injustiças alegadas no processo”.<sup>9</sup>

Temos no artigo 102, III da Carta Magna, as hipóteses de cabimento do recurso extraordinário. A fundamentação legal está inserida na Constituição de 1988, com alteração dada pela EC 45, e a sua regulamentação realizada pela Lei nº 11.418/06, que introduziu os artigos 543-A e 543-B no Código de Processo Civil.<sup>10</sup> Transcrevo aqui, trechos dos citados dispositivos que contribuem para redução do número de processos enviados ao Supremo Tribunal Federal, com intuito de demonstrar como a nova sistemática muda o panorama recursal.

*“Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo.”<sup>11</sup>*

*§ 1º Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.*

*§ 2º O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral. [...]*

*§ 5º Negada a existência da repercussão geral, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente, salvo revisão da tese, tudo nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. [...]*

*Art. 543-B. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral será*

---

<sup>9</sup> CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão, Recurso Extraordinário. Origem e Desenvolvimento no Direito Brasileiro, 2ª Ed., Forense. Rio de Janeiro, 2006. p. 240

<sup>10</sup> LIMA, José Evaldo Albuquerque de. Recursos ordinário Extraordinário e Especial. 2ª Ed. Mundo Jurídico, São Paulo. 2007. Pg. 174

<sup>11</sup> Acrescentado pela Lei nº 11.418, de 19.12.06.

*processada nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observado o disposto neste artigo.<sup>12</sup>*

*§ 1º Caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte.*

*§ 2º Negada a existência de repercussão geral, os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente não admitidos.*

*§ 3º Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se.*

*§ 4º Mantida a decisão e admitido o recurso, poderá o Supremo Tribunal Federal, nos termos do Regimento Interno, cassar ou reformar, liminarmente, o acórdão contrário à orientação firmada. [...]*

Conforme dispõe o texto do Código de Processo Civil, a necessidade de demonstrar de forma preliminar a existência de repercussão geral reduz o número de recursos extraordinários de duas formas, primeiramente barrando questão casuística, as chamadas “briga de vizinho” e, ao adotar a sistemática, os tribunais enviam ao STF apenas casos representativos da controvérsia, categorizando como sobrestado os demais feitos de igual matéria. Assim, o impacto da aplicação da repercussão geral pode ser observado em números.

Extraí-se do portal eletrônico do Supremo Tribunal Federal ([www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br)), relatório com o tema submetido em que será analisada a existência da repercussão geral, e dos casos em que a preliminar é superada ocorrendo, posteriormente, o julgamento de mérito, dessa decisão final decorre a fixação do direito a ser aplicado nos demais casos semelhantes que restaram sobrestados nos demais tribunais.

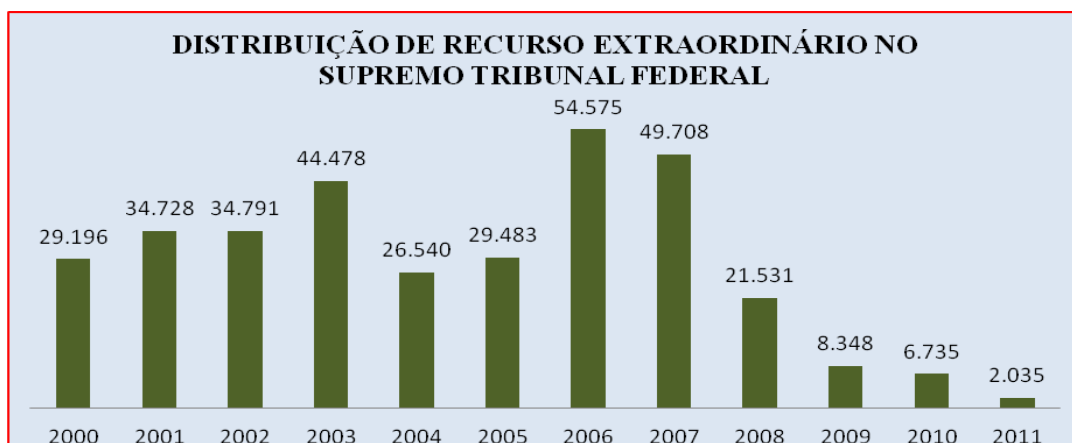
A preliminar de repercussão geral é meio capaz de racionalizar o sistema recursal brasileiro, ao evitar que uma infinidade de processos, que buscam o reconhecimento do mesmo direito - por vezes já decididos com trânsito em julgado no STF, continuem em infundável tramitação e, por fim, encalhados nos diversos tribunais.

---

<sup>12</sup> Acrescentado pela Lei nº 11.418, de 19.12.06.



Podemos visualizar o efeito da adoção do filtro da repercussão geral para a admissibilidade do recurso extraordinário ao considerarmos o significativo decréscimo na distribuição de feitos no Supremo Tribunal Federal, a redução é significativa após o ano de 2007, quando o instituto foi efetivamente instaurado.



FONTE: [WWW.STF.JUS.BR](http://WWW.STF.JUS.BR)

O instituto da repercussão geral, conforme visualizado no gráfico retro, impacta de forma positiva a o sistema recursal brasileiro. A redução do número de feitos enviados à Corte Suprema permite que questões relevantes sejam priorizadas. Afasta o rejudgamento de questões de direito cujo mérito já foi definido. E, retira dos tribunais estaduais, federais e superiores o encargo de enfrentar matérias que, em última análise, dizem respeito ao Supremo Tribunal Federal.

### **Conclusão**

De forma sistemática apresentamos o novo requisito de admissibilidade do recurso extraordinário e, podemos concluir que a repercussão geral devolve ao STF, o papel de Corte Constitucional; simplifica a cadeia recursal ao definir um parâmetro de recorribilidade; e, racionaliza a dinâmica do processo civil.

Assim, o julgamento de teses jurídicas, capazes de dirimir controvérsias simultaneamente em todo o país, permite a maior celeridade da justiça brasileira, pois o caso representativo da controvérsia ao ser julgado encerra milhares de demandas que sequer chegaram a um segundo grau de jurisdição.

## REFERÊNCIAS

- BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à constituição do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. v. 2, 798 p.
- CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria geral do processo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2001. 359 p.
- CUNHA, Leonardo José Carneiro da; DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2007. 458 p.
- DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento**. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2007. v. 1, 520 p.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2001. 341 p.
- \_\_\_\_\_. **Instituições de direito processual civil**. São Paulo: Malheiros, 2001. v. 1, 703 p.
- DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. 1117 p.
- GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil: teoria geral e processo de conhecimento (1ª parte)**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 1, 347 p.
- GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 1, 340 p.
- LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 811 p.
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recurso extraordinário e recurso especial**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. 477 p.
- MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria geral do processo**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. v. 1, 523 p.
- MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. Breves considerações em torno da questão da inafastabilidade da prestação jurisdicional. In: MARINONI, Luiz Guilherme (Org.). **Estudos de direito processual civil: homenagem ao professor Egas Dirceu Moniz de Aragão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 93-98.
- MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 926 p.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao código de processo civil**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. v. 5, 1021 p.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na constituição federal**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. 541 p.

SILVA, José Afonso da. **Do recurso extraordinário no direito processual brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963. 765 p.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. **Curso de processo civil: processo de conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. v. 1, 681 p.

SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 807 p.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. v. 1, 713 p.

Sites consultados:

<http://stf.jus.br>

[http://stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=listas\\_rg](http://stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=listas_rg)

[http://stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeralRelatorio&pagina=rg\\_resultados](http://stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeralRelatorio&pagina=rg_resultados)

<http://www.stj.jus.br/portal/site/STJ>

<http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>

<http://www.ucamprominas.com.br/>